

# Projeto URBISAmazônia<sup>1</sup>

## Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea?

*O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico.*

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA) e Antônio Miguel Vieira Monteiro (INPE)  
e o Coletivo URBISAmazônia<sup>2</sup>  
Outubro, 2014

O avanço teórico e empírico da pesquisa evidenciou o quanto visões de futuro, tecnologias desenvolvidas e avanço do progresso técnico dependem do paradigma científico adotado. Essa perspectiva permite um reposicionamento da discussão sobre a Amazônia, através do reconhecimento de que na região convivem dois paradigmas distintos, um local (tradicional) e outro externo (industrial) implantado com mais intensidade através das ações dos grandes projetos federais dos anos 1970. Essa constatação corresponde também ao exposto por Milton Santos a respeito da existência de dois circuitos na economia urbana, um superior (associado à produção formal, burocratizada, uso intensivo de capital, voltada para mercado externo, baseada em relações impessoais, com preços regulares, dentre outras características) e outro inferior (associado à produção de organização primitiva, intensiva dependência de mão de obra, com capital limitado, pequeno volume de produção, relação direta com o consumidor, entre outras características).

As intervenções na escala regional são pensadas de acordo com a lógica do circuito superior e acompanham o paradigma de desenvolvimento instituído no século XX, predominantemente econômico e, em função disso, se constituíram situações de exclusão e pontos cegos a respeito das dinâmicas socioambientais. A priorização de interesses geopolíticos e econômicos gerou e gera muitas “sobras”, compostas pelos temas associados ao meio ambiente, às pessoas, ao acesso à terra, à garantia de direitos humanos, que não são fundamentais para a tomada de decisão e que podem ser tratados de muitas formas. O tratamento dessas “sobras” estabelece a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento na Amazônia.

<sup>1</sup> Este Projeto é financiado pelo ITV-DS-Instituto Tecnológico Vale-Desenvolvimento Sustentável e pela Fundação Vale através de convênio estabelecido com a FUNCATE-Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais, registrado sob o nº: 3.611.000.00/11.

<sup>2</sup> Esse texto traz uma síntese das contribuições de todos Grupos e Pesquisadores envolvidos neste projeto que aqui chamamos de Coletivo URBISAmazônia. (<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:equipe>). Como o texto se destina a orientar material de apoio e divulgação para o evento *Diálogos URBISAMAZÔNIA: Compartilhando conhecimentos do sudeste do Pará*, organizado pela Fundação Vale e ITV, ele não traz em seu corpo referências bibliográficas, que se encontram em texto síntese do projeto que está em elaboração.

A necessidade do capital de homogeneizar processos e dominar a natureza e o trato impessoal imposto aos atores sociais transforma o circuito inferior em um ponto cego. As determinações econômicas estão no circuito superior e as estratégias tradicionais de produção e reprodução da vida na Amazônia estão no circuito inferior; essas últimas normalmente são portadoras de sustentabilidade, e alimentam cultura, identidade e acolhimento, qualidades fundamentais para a consolidação de sociedades e lugares. Essa perspectiva é fortalecida pela última obra de Bertha Bercker, de 2013, "A Urbe Amazônida", que resgata o pensamento sobre inovação de Jane Jacobs, apresentado nos anos 1970, mas que só após a crise de 2008 encontra espaço no debate econômico. A obra discute como a cidade se coloca na Amazônia, e destaca que só ocorre desenvolvimento a partir da agregação de trabalho novo sobre trabalho velho, aproveitando o acúmulo de saber como embrião para novas soluções. Onde houve imposição de uma maneira completamente nova de tratar o território, a partir da importação de soluções de outros contextos, perde-se o conhecimento historicamente acumulado localmente sobre o que funciona para a região. Trazer os direitos das pessoas para o processo de decisão gera os conflitos, que a partir da perspectiva estrita do circuito superior são imperceptíveis.

A organização multiescalar do projeto URBISAmazônia foi fundamental para jogar luzes sobre o que hoje se estabelece como 'pontos cegos' no debate para o desenvolvimento da região. O olhar da macroescala, através do uso da modelagem com as ferramentas clássicas adotadas pela macroeconomia, em diálogo com as escalas meso e micro proporcionou as evidências de seus limites e que, sozinhos, não possibilitam discriminar processos econômicos e trajetórias endógenas portadoras de futuro para um paradigma de desenvolvimento diferente. Desta forma, apontam com muita rigidez as tendências de evolução e a manutenção de passivos socioambientais, favorecendo assim os 'pontos cegos' e por consequência os impedimentos para o olhar de outras possibilidades na construção das políticas regionais. Os estudos demográficos e da meso e micro escala, por sua vez, caracterizam a população e o padrão de uso e ocupação do território, revelando forte vinculação da região ao circuito inferior. As tentativas de modernização, normalmente são incompletas, foram controladas por atores locais que se tornaram os maiores beneficiários da reorientação das políticas públicas, formuladas em Brasília, destacando-se como controladores do acesso à terra e de segmentos do comércio e serviços. Essa característica foi historicamente reforçada pela violência, e aprofundou assimetrias entre

poder econômico do setor privado e capacidade administrativa do setor público. A fragilidade das instituições não deve ser confundida com ausência de estado, na medida em que existem estratégias de governança estabelecidas pelas elites locais, que se apropriam de informações e oportunidades geradas pelo circuito superior e se valem da invisibilidade de atores e práticas do circuito inferior, para fazer valer sua visão, que borra as fronteiras entre o público e o privado.

O desdobramento mais explícito desse processo é a ampliação prematura de perímetros urbanos e expansão de manchas urbanas antes da consolidação das áreas urbanas já existentes. Há uma reorganização do território em curso, motivada pela valorização de terras rurais e urbanas, que articula cidades maiores e menores, modifica usos e estratégias de ocupação de vilas rurais e de áreas rurais localizadas entre as cidades, revela a atuação especulativa do setor privado na produção de loteamentos e condomínios, e como a produção de moradia de interesse social pelo setor público vindo sendo subordinada às dinâmicas do setor privado e aos interesses políticos de elites locais da região.

Após anos de difusão de uma certa lógica de crescimento, não desenvolvimento, até mesmo os quadros técnicos das prefeituras tendem a abordar problemas de pequenas cidades segundo exemplos das grandes cidades, fortalecendo a visão exógena associada as elites locais e regionais, no fomento as expectativas de ampliação de capital no curto prazo, a não observação das potencialidades do capital natural e ao esquecimento de identidades locais. Ocorre uma competição entre as oportunidades de geração de lucro a partir da cidade através do setor imobiliário e a valorização do domínio público, através da utilização de ruas, áreas livres e espaços verdes para a construção de cidadania, sociabilidade, de identidade cultural; esta competição destrói práticas portadoras de sustentabilidade e agrava um círculo vicioso, traduzido na dificuldade de fixação de mão de obra qualificada e/ou de profissionais capazes de ampliar trajetórias e arranjos produtivos nas cidades. Desse modo as cidades mantêm alta dependência das atividades do circuito superior (ex: mineração, pecuária, grandes obras), e permanecem incapazes de agregar novas tecnologias a antigos saberes (estes cada vez mais desvalorizados).

Nos casos em que há maior interação e troca entre os diversos atores envolvidos no mesmo território evidenciou-se o potencial de avanço das atividades e práticas inseridas atualmente no circuito inferior (produção artesanal, gastronomia, pequena produção rural) a partir da articulação com o circuito superior, sustentando a hipótese de que a conexão entre esses dois circuitos seja algo fundamental para a geração de desenvolvimento. Essa aproximação pode acontecer na economia, na produção da cidade, na definição de eventos (festas) que viabilizam o lazer local, e um processo virtuoso nesse sentido requer uma mudança na gestão das cidades “sobras”, e o reconhecimento de que o mero acesso à informação sobre decisões tomadas no âmbito do circuito superior é fator de grande empoderamento de atores locais. Não é mais possível a manutenção de temas e atores do circuito inferior como camadas invisíveis. Sob esta perspectiva, a abordagem multidisciplinar e multiescalar revelou dinâmicas e limitações metodológicas, superadas pela sistematização de trabalho empírico, permitindo grande avanço na capacidade de explicar a formação e o significado do urbano e da cidade nas áreas de estudo no decorrer dos três anos de projeto. É cada vez mais evidente que para produzir desenvolvimento não basta promover crescimento econômico e internalizar custos ambientais no processo produtivo, é preciso perseguir a visão integrada, territorializada, e reconhecer a necessidade de distribuição justa e alocação eficiente dos recursos naturais e sociais disponíveis.